

Paula Almeida Mendes\*

## **A partilha do espírito em Portugal nos séculos XVI e XVII: entre práticas devotas e redes familiares**

**R E S U M O** | *Tendo como pano de fundo a questão da leitura de obras de espiritualidade, entre os séculos XVI e XVII, em Portugal, especialmente de “vidas devotas”, e pretendendo chamar a atenção para as suas dedicatórias, este estudo vem levantar, com base na análise de três “vidas devotas”, editadas entre 1570 e 1625 e dedicadas a duas importantes figuras femininas da época – D. Juliana de Lara e Meneses, duquesa de Aveiro, e D. Ana de Lencastre, comendadeira do mosteiro de Santos –, algumas questões que se prendem não só com as leituras e as práticas espirituais ou devotas, mas também com as relações dos autores e/ou das várias ordens religiosas com influentes famílias, sobretudo com as figuras femininas dessas famílias.*  
*Palavras-chave: Leituras; Biografias devotas; Redes familiares.*

**A B S T R A C T** | *The background of this study is the problem of the reading of works on spirituality, in XVI-XVII centuries, in Portugal, especially “devote lives”, and intending to draw attention to their dedication, and exposes, based on the analysis of three “devote lives”, published between 1570 and 1625 and dedicated to two important female figures of the time – D. Juliana de Lara e Meneses, duchess of Aveiro, and D. Ana de Lencastre, comendadeira of the monastery of Santos – some questions concerning both the readings and spiritual or devotional practices, and the relations of authors and/or religious orders to influential families, especially with the female figures of these families.*  
*Keywords: Readings; Devote biographies; Familiar networks.*

1. Atualmente, os estudos de história da espiritualidade em Portugal deparam-se ainda, apesar dos diversos contributos das últimas décadas, com certas limitações. Embora “enfermando” de alguns males, a história da espiritualidade tem vindo a ser, paulatinamente, (re)valorizada em alguns estudos, não só históricos, como também literários, que têm questionado muitas incertezas e lacunas nesta área, o que tem permitido, deste modo, levantar questões importantíssimas para a perceção do que podem ter sido as “correntes do sentimento religioso” ou as práticas espirituais e devotas em Portugal na Época Moderna. Uma dessas questões relaciona-se estreitamente com as leituras e, de forma mais geral, com a circulação de obras e de correntes de espiritualidade, não só europeias, como também de “feição” mais nacional, resultantes de uma contextualização social e religiosa específica. O extremamente complexo estudo das leituras dos variadíssimos

---

\* Bolseira de Doutoramento da FCT

tipos de obras ou textos de espiritualidade na Época Moderna (que passa, obviamente, pela tentativa de saber não só quem lia ou poderia ler, mas também o como, o quando e o porque se lia) apresenta-se, assim, como um fecundíssimo campo de investigação, sobretudo se for articulado com outras vertentes da *partilha do espírito* ou diferentes modos de vivência religiosa.

Neste estudo, tomámos como ponto de partida a questão do interesse e da “partilha” feminina das leituras e das práticas espirituais e devotas nas últimas décadas do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII português, elegendo como objeto de estudo “vidas devotas”<sup>1</sup>, tentando chamar a atenção, sobretudo, para alguns aspectos relacionados com a produção e a circulação de obras de espiritualidade (nomeadamente hagiográficas) e para algumas questões como as práticas espirituais e devotas desta época.

Deste modo, a questão concreta que começámos por tratar prende-se com a existência, no período compreendido entre as últimas décadas do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, de destinatários femininos, nomeadamente da alta nobreza, de algumas obras de espiritualidade, especialmente de “vidas” de religiosos “ilustres em virtude” e que faleceram com *fama sanctitatis*. Esta abordagem passou pela leitura e pela análise das dedicatórias dessas obras a ilustres figuras da época, hoje em dia praticamente desconhecidas. Embora as dedicatórias, assim como os outros paratextos<sup>2</sup>, das obras desta época devam ser lidas com o resguardo que exige, muitas vezes, a necessidade de proteção (política e religiosa) ou de apoio material que determinava a escolha de muitas figuras para protectores das obras, só o facto de, muitas vezes, revelarem relações pessoais fortes com as mesmas – que motivaram, por exemplo, a dedicatória como acto de gratidão – constitui, por si, um indicador importante das complexas redes que uniam não só elementos do clero, como também leigos, a importantes figuras da nobreza da época, nomeadamente, como dissemos, a relevantes figuras femininas nobres<sup>3</sup>.

Assim, seleccionámos três obras, que podemos inscrever no filão da literatura de espiritualidade, editadas entre 1570 e 1625, e que foram dedicadas a duas grandes senhoras:

- A D. Juliana de Lara e Meneses, duquesa de Aveiro, dedicou André de Resende *Ha Sancta Vida, e religiosa conversão de Fr. Pedro Porteiro do Mosteiro de Sancto Domingos de Evora* (1570)<sup>4</sup>;
- A D. Ana de Lencastre foi dedicada, por Fr. Jerónimo Correia (O.P.), a *Vida da serenissima princesa D. Joana, filha del-rei D. Afonso V de Portugal do dominicano* Fr. Nicolau Dias (1585)<sup>5</sup>, e pelo Padre Manuel da Veiga (S.J.) o *Tratado da vida, virtudes e doutrina admiravel de*

<sup>1</sup> A caracterização das obras que seleccionámos como “vidas devotas” resulta não só das suas características internas, mas também da comunhão dessas características com as de outras “vidas” de finais do século XVI e do século XVII que, não sendo obras hagiográficas no sentido estrito do termo, partilham com estas idênticos propósitos edificantes e exemplares (quando não os mesmos paradigmas de virtude e santidade), pelo que a “vida” ou “biografia devota” se pode incluir entre as “formas” da hagiografia, ainda que, muitas vezes, não se possa com ela confundir. Cf. Maria de Lurdes Correia FERNANDES, “Entre a família e a religião: a «Vida» de João Cardim (1585-1615)”, *Lusitania Sacra* (2ª série, 5, 1993), 94.

<sup>2</sup> Por paratexto entende-se todos os elementos que acompanham o texto principal, tais como prólogos, prefácios, dedicatórias, privilégios, licenças, protestações, poemas laudatórios ou gravuras. O termo foi introduzido por Gérard Genette, que o definiu como “le lieu privilégié de la relation pragmatique entre l'oeuvre et son lecteur” (Gérard GENETTE, *Palimpsestes. La littérature au second degré* (Paris: Éditions du Seuil, 1982), 9. A importância e a pertinência dos estudos paratextuais tem vindo a ser reconhecida, tendo estes adquirido uma certa legitimidade no campo da investigação literária. Veja-se, a propósito, *Paratextos en la Literatura Española (siglos XV-XVIII)*, estudios reunidos por María Soledad ARREDONDO, Pierre CIVIL y Michel MONER (Madrid: Casa de Velásquez, 2009).

<sup>3</sup> Maria de Lurdes Correia FERNANDES, “Recordar os «Santos vivos»: leituras e práticas devotas em Portugal nas primeiras décadas do século XVII”, *Via Spiritus* (I, Porto, 1994), 136. Até ao século XVIII, antes da existência de um significativo mercado do livro, que permitiu ao autor alcançar uma certa independência económica, o mecenatismo e o clientelismo eram práticas muito comuns e, apesar das diferenças que as separam (aquele mais pautado pela lógica do reconhecimento, este pela lógica do serviço), asseguravam sempre ao escritor a possibilidade de se “abrigar à sombra” de uma figura importante, a qual garantia uma certa protecção económica e, em muitos casos, até mesmo religiosa e política. Veja-se, a propósito, Alain VIALA, *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique* (Paris: Les Éditions de Minuit, 2003), 52-70.

<sup>4</sup> Editada em Évora, por André de Burgos. Esta “Vida” foi traduzida na língua latina por Fr. Estêvão de SAMPAIO (O.P.), com alguns aditamentos, e saiu na obra intitulada *Thezaurus arcanus Lusitanis gemmis refulgens* (Parisii: apud Thomam Perier, 1586).

*Simão Gomes, português vulgarmente chamado o Çapateiro Santo (1625)*<sup>6</sup>.

## 2. Começemos por situar social e cronologicamente a dedicatória de *Ha Sancta Vida, e religiosa conversão de Fr. Pedro Porteiro do Mosteiro de Sancto Domingos de Evora*.

D. Juliana de Lara e Meneses era filha de D. Pedro de Meneses, III marquês de Vila Real, e de D. Brites de Lara (filha esta de D. Afonso, VIII Condestável de Portugal, e de D. Joana de Noronha) e foi casada com D. João de Lencastre, I duque de Aveiro, filho de D. Jorge, II duque de Coimbra, e de D. Beatriz de Vilhena<sup>7</sup>. A razão da dedicatória desta obra de André de Resende a D. Juliana parece-nos prender-se com o fato de este ter sido mestre desta senhora e do seu irmão, D. Miguel de Meneses, conde de Alcoutim, durante a puerícia, para os quais compôs uma “arte de gramática”, intitulada *De uerborum coniugatione commentarius*<sup>8</sup>, mas também com o cuidado e a preocupação que aquela e o seu marido votavam “às cousas tocantes à piedade e religião”<sup>9</sup>. O próprio André de Resende, que, ainda na adolescência, professou na Ordem dos Pregadores, foi, talvez por influência de sua mãe, devoto de Frei Pedro<sup>10</sup>, “santo religioso natural e filho”<sup>11</sup> de Aveiro, e o fato de dedicar a obra a D. Juliana é bastante significativo pelo que pode revelar do gosto desta senhora por estas leituras e do crédito que ela daria à própria devoção dos santos, pedindo-lhe que receba “este serviço com aquele zelo cristão e religiosa piedade que de seus avós e padres em herança lhe coube e pertence haver em casa, de sangue católico e real tão ornamentada”<sup>12</sup>. De fato, na família paterna de D. Juliana não faltavam exemplos de figuras que se pautavam por modelos de comportamento virtuoso ou devoto. Conta-nos o cronista Fr. Martinho do Amor de Deus que o seu avô paterno, D. Fernando de Meneses, II marquês de Vila Real, ia ao convento de Nossa Senhora da Ínsua, de religiosos franciscanos, “o que repetidas vezes fazia com tal extremo de devoção, que já a Hospedaria pela sua assistência lhe chamavão a casa do Senhor Marquez, empregando-se com Deos tão fervoroso, que em tudo concorria com os Religiosos, ainda fóra do Coro nos exercícios do trabalho temporal, passando a servir os Frades pondolhe na mesa os pratos, passando depois do Refeitório à cosinha para lavar a louça, pondo de parte a compostura, desprezando o adorno, se enfeitava tomando por habito os officios mais humildes, pois em todos se empregava na companhia dos Noviços.”<sup>13</sup>. Por sua vez, informa-nos Fr. Luís dos Anjos, no seu *Jardim de Portugal* (1626), que D. Leonor de Noronha, irmã do pai de D. Juliana de Lara e Meneses, “amou muito o recolhimento que nas mulheres é princípio de todo bem”, imitando, assim, a Virgem Maria, além de se ter dado muito “às boas letras, pelo que veio a escrever e imprimir alguns tratados ao modo de homilias, exprimindo

<sup>5</sup> Impressa em Lisboa, por António Ribeiro, e reeditada, pelo mesmo Impressor, em 1594. Existe uma edição fac-similada da 1ª edição, com introdução do P. João Gonçalves GASPAR (Aveiro, 1987).

<sup>6</sup> Impressa em Lisboa, por Mateus Pinheiro. Esta obra foi reeditada em Lisboa, por Francisco Villela, 1673; Lisboa, por Pedro Ferreira, 1723; Lisboa, por José Filipe, 1759.

<sup>7</sup> D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II (Coimbra: Atlântida, 1946), 291-292, e tomo XI (Coimbra: Atlântida, 1953), 30-31; Afonso Eduardo Martins ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II (Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1989), 342-343, e vol. III, 527.

<sup>8</sup> Olisipone: apud Lodouic Rhotorigium, 1540.

<sup>9</sup> André de RESENDE, *Ha Sancta Vida, e religiosa conversão de Fr. Pedro Porteiro do Mosteiro de Sancto Domingos de Evora*, *op.cit.*, 155.

<sup>10</sup> *Ibidem*, 201.

<sup>11</sup> *Idem*, 156.

<sup>12</sup> *Idem*, 156.

<sup>13</sup> Fr. Martinho do AMOR DE DEUS (O.F.M.), *Escola de Penitencia, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna. Chronica da Santa Provincia de S. Antonio da Regular e Estreita Observancia da Ordem do Serafico Patriarca S. Francisco, no Instituto Capucho neste Reyno de Portugal*, tomo I (Lisboa Occidental: na Oficina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1740), 73-74.

principalmente a grande devoção que tinha ao Santíssimo Sacramento do altar, ao qual recebia depois de muita preparação de sua alma, pelo que foi mui ilustre em virtudes, (...) que deu maravilhoso exemplo com seus contínuos estudos às donzelas ilustres deste reino acerca de quão bem hão-de empregar o tempo e a quem hão-de dirigir os suspiros do peito, as palavras que falam e os avisos que escrevem com sua pena”<sup>14</sup>. Viveu em “perpetua castidade” e faleceu com opinião de “santidade”, em 1563, e está sepultada no mosteiro de São Domingos de Santarém, na capela de Jesus<sup>15</sup>.

A relação de D. Juliana de Lara e Meneses com os religiosos dominicanos é recordada por Fr. António da Piedade, no primeiro tomo do seu *Espelho de Penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida, da regular e mais estreita observância da Ordem do Serafico Patriarcha S. Francisco, no Instituto Capucho*<sup>16</sup>: “Desta estimação deu hum abonado testemunho em certa occasião, quando dizendo-lhe hum Religioso da esclarecida Ordem de meu Padre S. Domingos, então Prior do seu Convento de S. Sebastião na villa de Setuval, que sua Excellencia senão lembrava mais que dos seus Arrabidos, lhe respondeu: «Padre Prior, não tem a Ordem de S. Domingos mayor devota sua do que eu sou»”<sup>17</sup>. Este Autor evoca também as “heróicas virtudes” praticadas por esta ilustre senhora, nas quais perseverou no estado de viúva, entre as quais se contavam a “consolação dos pobres” e as “grandiosas, e continuas esmolos com que os socorria”: efetivamente, “treze mil cruzados se costumavão dispender todos os annos nestra illustre Casa [de Aveiro] com os pobres, e além delles, não se podiaõ averiguar quantos seriaõ os que esta Senhora distribuia; como também se não soube nunca a conta das Missas, que mandava dizer cada anno pelas Almas do fogo do Purgatorio, e só se sabe com certeza, que eraõ muitas mil, e que affirmava lhe pareciaõ sempre poucas, pela ancia com que desejava aliviallas daquellas tão acerbos, e crueis penas, com que temporalmente satisfazem à Justiça Divina pelos defeitos, que commetterão nesta vida”<sup>18</sup>.

A figura de D. Juliana de Lara e Meneses surge-nos também relacionada com o trânsito nacional de relíquias. Com efeito, em 1569, o Padre Geral do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra informou o capítulo que a duquesa D. Juliana e a sua cunhada D. Helena de Lencastre, comendadeira do mosteiro de Santos, “lhe tinham pedido com muita instancia lhe fizesse caridade de algumas relíquias” dos Mártires de Marrocos; o capítulo, “sabendo quanta era avalia destas senhoras”, acedeu a que a duquesa de Aveiro e a comendadeira de Santos recebessem as cobiçadas relíquias dos Mártires de Marrocos<sup>19</sup>, cujo destino provável deverão ter sido os oratórios destas grandes senhoras.

Por outro lado, na família do marido de D. Juliana não faltavam exemplos de proximidade com os dominicanos. Com efeito, é importante relembrar que D. João de Lencastre, I duque de Aveiro, era sobrinho-neto da princesa D. Joana, filha do seu bisavô, o rei D. Afonso V, irmã do seu avô paterno, o rei D. João II e educadora de seu pai, D. Jorge de Lencastre, religiosa que floresceu em “insignes virtudes” e “santidade” no mosteiro de Jesus, em Aveiro, de religiosas dominicanas. Da ligação piedosa aos religiosos dominicanos deixaram também memória o seu pai D. Jorge de Lencastre, II duque de Coimbra, e a sua mãe, a duquesa D. Brites de Vilhena, através

<sup>14</sup> Fr. Luís dos ANJOS (O.E.S.A.), *Jardim de Portugal*, edição de Maria de Lurdes Correia FERNANDES (Porto: Campo das Letras, 1999), 243-244. D. Leonor de Noronha traduziu também, de latim para português, a *Corónica geral de Marco António Cócio Sabélico des o começo do mundo até nosso tempo*, impressa em Coimbra, em 1550.

<sup>15</sup> D. António Caetano de SOUSA, op. cit., tomo V (Coimbra: Atlântida, 1948), 121.

<sup>16</sup> Editado em Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1728.

<sup>17</sup> António da PIEDADE (O.F.M.), op. cit., 87.

<sup>18</sup> *Ibidem*, 87.

<sup>19</sup> *Atas dos capitulos do mosteiro de Santa Cruz*, publicadas por Mário Brandão, (Coimbra, 1946), 85-86.

da fundação do mosteiro de São João de Setúbal, o qual “se povoou a 24 de Julho do anno de 1529, entrando nelle tres filhas suas”, a saber: D. Maria de Lencastre, D. Filipa de Lencastre e D. Isabel de Lencastre<sup>20</sup>.

D. João de Lencastre deu também mostras da sua devota ligação aos dominicanos, ao oferecer, generosamente, muitas e importantes somas para a conclusão da construção do novo convento de São Domingos, em Coimbra, em cuja capela-mor foi sepultado, em 1571<sup>21</sup>.

A figura do duque D. João de Lencastre está também ligada à fundação da Província da Arrábida de religiosos capuchos. De acordo com José Sebastião da Silva Dias, o duque encontrava-se em Guadalupe, onde fora em romagem, com Fr. Martinho de Santa Maria, professo de um convento italiano de capuchos barbados. Edificado com a sua conversa e o seu exemplo, convidou-o para logo para se estabelecer em Portugal. Em 1539, obtidas as licenças necessárias, instalou-se Fr. Martinho no convento de Arrábida com o seu companheiro. Aí se lhe juntaram alguns observantes portugueses de vida mais austera, destacados pelo Provincial a pedido de D. João. Porém, os companheiros partiram pouco depois – ou por inadaptação ao extremo rigorismo ali seguido, ou por influência dos Padres da Observância, como parece mais provável. O duque não desanimou com o revés. Efetivamente, depressa chegou a Portugal Fr. Francisco de Pedrahitá, um dos grandes penitentes daquela época: e lembrando-se da impressão que S. Pedro de Alcântara lhe deixara no espírito quando estivera em Lisboa a convite de D. João III, procurou a sua transferência para a Arrábida, o que veio a acontecer em 1541 ou 1542, acompanhado do insigne Fr. Juan de Águila<sup>22</sup>. O duque de Aveiro fundou também o convento que estes religiosos tiveram em Liteiros, junto a Torres Novas. A influência capucha foi enorme em toda a segunda metade do século XVI. Alcançou não só as massas populares, sempre sensíveis às expressões sinceras da penitência e da humildade, mas a própria classe dirigente, através das Casas de Bragança e de Aveiro e de personagens destacados do meio político ou intelectual, como Lourenço Pires de Távora, Francisco de Sousa Tavares, D. Álvaro de Castro, Diogo de Paiva de Andrade, etc. O seu contributo não foi alheio, antes pelo contrário, à formação da piedade austera e voluntarista da época triunfante da Contra-Reforma<sup>23</sup>.

O cronista Fr. António da Piedade realça também algumas virtudes do duque, tais como a sua prudência e caridade, sem deixar de fazer referência que este confessou mesmo aos primeiros religiosos arrábidos o amor extremado que nutria por esta religião, “significando-lhes muitas vezes o desejo, que tinha de os acompanhar naquelle modo de vida”<sup>24</sup>.

D. João de Lencastre relacionou-se também com os religiosos jesuítas, especialmente com o Padre Mestre Simão Rodrigues, de quem foi devoto e acérrimo protetor na corte portuguesa. Contamos o cronista jesuíta Padre Baltasar Teles que o duque “lhe cobrou tam particular afeição, que aonde o encontrava lhe fazia notavel honra, & no meyo da rua se apeava, com mostras de grande respeito, & sinaes de grande benevolencia”<sup>25</sup>.

<sup>20</sup> D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, tomo XI, 12; 20.

<sup>21</sup> *Ibidem*, 34-35.

<sup>22</sup> José Sebastião da Silva DIAS, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I (Universidade de Coimbra, 1960), 148-149. Veja-se também: Fr. António da PIEDADE (O.F.M.), *op. cit.*, 14-15; 29-30; 34-35.

<sup>23</sup> *Ibidem*, 155. “Os capuchos estavam completamente imbuídos do misticismo estático, visionário, diabólico, dos fins da Idade Média. Devido à sua prática ascético-mística, os capuchos foram algumas vezes olhados de soslaio, suspeitos de afinidades com os iluminados, como os seus antecessores o tinham sido de conexos com as beguinias e os begardos. Para essa fama, além de particulares circunstâncias, concorreram os vínculos mentais de muitos deles com o velho espiritualismo franciscano” (*Ibidem*, 152-153).

<sup>24</sup> Fr. António da PIEDADE (O.F.M.), *op. cit.*, 55-56.

<sup>25</sup> Pe. Baltasar TELES (S.J.), *Chronica da Companhia de Iesu nos Reynos de Portugal; e do que fizeram, nas conquistas d’este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso Fundador. Primeira Parte* (Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1645), 135-136; Francisco RODRIGUES (S.J.), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo I, volume II (Porto: Apostolado da Imprensa, 1931), 13; 134; 161-162; 167-168; 174; 183-184.

Valerá também a pena lembrar que D. João de Lencastre e duas irmãs suas, D. Helena e D. Isabel de Lencastre, estiveram no centro da proteção não apenas aos arrábidos e à Companhia de Jesus, mas também a círculos de “iluminados” e de outra “gente espiritual” nem sempre tidos por de ortodoxia segura<sup>26</sup>. Segundo José Sebastião da Silva Dias, o iluminismo divulgou-se em Lisboa e seus arredores através dos círculos de beatas existentes em vários pontos. Esses círculos eram constituídos, geralmente, por mulheres do povo, mas também incluíam, por vezes, homens de condição modesta, como Simão Lopes, antigo esmoler do duque de Aveiro, e Simão Gomes<sup>27</sup>, sapateiro do Cardeal D. Henrique, e, em alguns casos, eram presididos por senhoras de alta hierarquia e dirigidos espiritualmente por frades capuchos ou agostinhos. O círculo de Santos, por exemplo, gozava da proteção dedicadíssima da já referida comendadeira D. Helena de Lencastre e de sua irmã D. Isabel de Lencastre<sup>28</sup>. O beatério que gravitava à roda da comendadeira de Santos era também marcado pela presença assídua do arrábido Fr. Francisco da Porciúncula<sup>29</sup> e de Isabel Fernandes, que se tornou numa espécie de oráculo daquele círculo<sup>30</sup>.

### 3. Contextualizemos, agora, social e cronologicamente, D. Ana de Lencastre.

D. Ana de Lencastre, Comendadeira do mosteiro de Santos, o Novo, era filha de D. Luís de Lencastre, comendador da Ordem de Avis, irmão de D. João de Lencastre, I duque de Aveiro, e de D. Madalena de Granada; era, portanto, neta de D. Jorge de Lencastre, II duque de Coimbra, e bisneta de D. João II<sup>31</sup>. Dela se conta que foi uma senhora de “muyta autoridade, & de muyta reputação (...) & virtude”<sup>32</sup> e, como tal, muito respeitada pelo Cardeal-Infante D. Henrique e por Filipe II. De acordo com o agostiniano Fr. Agostinho de Santa Maria, D. Ana

“entrou a tomar o habito, devia ser pouco antes do anno de 1578. (...) esta senhora era rica,

<sup>26</sup> Acentuando o desconhecimento – que ainda hoje persiste quanto ao «saber» aprofundado da natureza e consequências – José Sebastião da Silva Dias definiu o «iluminismo» como «uma corrente de sentimento religioso tipicamente popular. Nasceu da ânsia perfectista que perpassou em alguns sectores da vida portuguesa nos três primeiros quartéis do século XVI. Representa entre a gente simples do povo uma tendência análoga à dos reformadores congreganistas, dos intelectuais erasmianos e dos espirituais pietistas entre as outras camadas da população. O seu movimento no nosso país é, contudo, praticamente desconhecido.» (José Sebastião da Silva DIAS, *op. cit.*, 363). Contudo, é importante relembrar que a influência do alumbradismo espanhol foi, sem dúvida, um dos fatores determinantes para a formação e a definição da corrente iluminista em Portugal. No *alumbradismo* espanhol, largamente estudado por Álvaro HUERGA (O.P.), em *Historia de los Alumbrados*, 5 volumes (Madrid: Fundación Universitaria Española, 1978), poder-se-ão distinguir três importantes momentos: o primeiro, que surge no primeiro quartel do século XVI, sobretudo em Toledo, combatido e condenado pela Inquisição, através do famoso Édito de 1525; o segundo, que ocorre por volta de 1570, na Estremadura; e o terceiro, cujo foco se regista em Sevilha, em 1623. Como sublinha Pedro Vilas Boas Tavares, em *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos* (Porto: CIUHE, 2005), 24, “os casos de *alumbrados* manifestados na Península desde a segunda década do século XVI haviam provocado, como se sabe, em nome da ortodoxia, acentuada desconfiança e reacção anti-mística por parte dos eclesiásticos de formação mais acentuadamente intelectualista e «escolástica», como o teólogo Melchor Cano (O.P.). Ainda segundo este Autor, apesar da inexistência, em Portugal, de casos efetivamente catalogados como de *alumbradismo*, “não pode, por outro lado, deixar de impressionar que a acusação de *alumbrado* continuasse por então, deste lado da Península, a ser algo confusamente temido e esgrimido, como fantasma apontado à gente devota, sobretudo se confiante e entusiasta da oração mental praticada” (*op. cit.*, 20).

<sup>27</sup> Sobre a figura de Simão Gomes, conhecido como o “Sapateiro Santo, debruçar-nos-emos adiante.

<sup>28</sup> José Sebastião da Silva DIAS, *op. cit.*, 377.

<sup>29</sup> Segundo José Sebastião da Silva DIAS, foi Fr. Francisco da Porciúncula quem serviu de assistente eclesiástico, durante vários anos, ao movimento iluminista em Portugal, “no desempenho de uma missão gratuita, imposta só pela vontade de promover a vida devota e os exercícios de sobrerrogação na roda mais vasta possível de fiéis cristãos” (*Ibidem*, 397).

<sup>30</sup> *Idem*, 381-382.

<sup>31</sup> D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, tomo XI, 121-123.

<sup>32</sup> Fr. Agostinho de SANTA MARIA (O.S.A.), *Historia tripartita comprehendida em três tratados. No primeiro de descrevem as vidas, & os gloriosos triumphos dos Santos Martyres, Verissimo, Maxima, & Julia, suas Irmãs Padroeyros de Lisboa, & do Real Mosteyro de Santos. No segundo se dá noticia da vinda, & Prêgação do Apostolo Santiago às Hespanhas, & do principio, & origem da sua esclarecida Ordem, & de seus nobilissimos Mestres até a sua separação, & eleyção dos Mestres Portuguezes. No terçeyro se descrevem os principios do Real Convento de Santos, & a noticia de suas Illustres Comendadeyras, desde o ano de 1212 até os nossos tempos* (Lisboa Occidental: na Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1724), 446.

porque além da razão que a casa costuma dar ás Comendadeyras, tinha alguns quatro mil cruzados de renda annual, que naquelle tempo não era pouca fazenda: porque lhe fizerão os Reys de Hespanha Felipe o II & seu filho Felipe o III quando erão senhores de Portugal, muytas mercês pelo muyto que a veneravão, & tudo gastava em utilidade daquelle seu Mosteyro, de que era Prelada. Era muyto devota do culto Divino, & desejava muyto que tudo se obrasse com grande perfeição, & aceyo. Ajuntou muytas reliquias, & muyto notaveis (...). Estas collocou em h a muyto preciosa, & grande cruz de prata dourada de muyto pezo, & de singular feytio, a qual se costuma pôr na Igreja nos dias da Exaltação, & Invenção da Santa Cruz, & no dia do seu Patrão Santiago, & além desta fez outra Cruz mais pequena, aonde se vem também outras Reliquias, & hum dente do mesmo Santo Apostolo Patrão das Hespanhas com três ossos dos Santos Martyres, Verissimo, Maxima, & Julia. Tudo quanto podia, despendia no augmento, & adorno da sua Igreja; porque tinha particular gosto, de que nosso Senhor fosse servido com grandeza, & perfeição. Os seus desejos todos erão de augmentar aquella casa não só na riqueza de preciosas peças, ricos ornamentos, & alfayas, mas nas virtudes, & observância em que foy muyto zelosa, & solícita<sup>33</sup>.

Faleceu, ao que parece, em 1623 ou 1624.

Fr. Jerónimo Correia dirigiu a “Epístola Dedicatória” da *Vida da serenissima princesa D. Joana, filha del-rei D. Afonso V de Portugal* a D. Ana de Lencastre, pois esta senhora era sobrinha-bisneta da princesa, da qual traça um breve retrato exemplar, pautado por aspetos ascéticos e espirituais, o que torná-la-ia, de acordo com uma convicção difusa, numa espécie de “herdeira espiritual” da “santa” dominica, mantendo-se, simultaneamente, fiel a uma longa tradição, segundo a qual santidade e nobreza de nascimento estariam estreitamente ligadas<sup>34</sup>. Mas Fr. Jerónimo Correia salienta também outras facetas da vida devota e espiritual desta grande senhora, nomeadamente o seu gosto em imitar as virtudes dos santos e a sua devoção à “religião dominicana”:

“Considerando eu a rezam do sangue Real que V. S. com ella tem (foy irmã inteira de vosso Bisauo elRey dom João o segundo, de gloriosa memoria) & como no desprezo do mundo, & de seus deleites, & no caminhar pelas virtudes a imita: lembrandome tamb a particular deuação (herdada de seus Bisauós) que tem á nossa Religião<sup>35</sup>”.

Por isso, este breve retrato dificilmente podia ser mais exemplar, não só pelo que nos elucida sobre as “virtudes” praticadas pela Comendadeira, como por esse paralelo que estabelece com a religiosa dominicana, para quem, já por esses anos, se pedia a beatificação ou canonização<sup>36</sup>, e que perpetuaria a “linhagem santa” da dinastia de Avis, inaugurada com o martírio do infante D. Fernando<sup>37</sup>, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre.

<sup>33</sup> *Ibidem*, 446; 453-454. Um seu irmão, D. Luís de Lencastre, comendador-mor da Ordem de Avis, esteve, devido ao seu cargo, muito próximo das senhoras do mosteiro da Encarnação das Comendadeiras de Avis da Ordem de São Bento, em Lisboa, fundado pela Infanta D. Maria. Conta-nos o cronista beneditino Fr. Leão de Santo Tomás que D. Luís era devotíssimo de São Bento, sendo que “o Medico que entroua em sua casa no tempo que nella auia doentes era só o glorioso Patriarcha S. Bento, por meyo de sua sagrada reliquia, & todos alcançavão saúde” (Fr. Leão de SANTO TOMÁS (O.S.B.), *Benedictina Lusitana*, tomo II, notas críticas de José Mattoso (Lisboa: IN-CM, 1974), 426).

<sup>34</sup> André VAUCHEZ, “Beata stirps: sainteté et lignage en Occident aux XIIIe et XIVe siècles” in *Famille et parenté dans l’Occident médiéval. Actes du Colloque de Paris, 1974*, communications et débats présentés par George Duby et Jacques Le Goff (Rome: École Française de Rome, 1977), 397-407; *Idem*, *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge. D’après les procès de canonisation et les documents hagiographiques* (École Française de Rome, 1988), 185-287.

<sup>35</sup> Fr. Nicolau DIAS (O.P.), *op. cit.*, “Epístola dedicatória”.

<sup>36</sup> João Gonçalves GASPAS, *A Princesa Santa Joana e a sua Época* (2ª edição, Câmara Municipal de Aveiro, 1988), 250-252. A princesa D. Joana viria a ser beatificada apenas em 1693.

<sup>37</sup> Tendo participado na desastrosa expedição a Tânger, a 22 de Agosto de 1437, o infante D. Fernando ofereceu-se como refém e penhor da entrega de Ceuta. Contudo, como as Cortes de Torres Novas de 1438 recusaram a devolução da praça, este manteve-se preso. Foi transferido de Tânger para Fez, suportando grandes humilhações e sofrimentos pacientemente; acabaria por falecer neste cativo, em 1443. As figuras mais interessadas na promoção da santidade do mártir de Fez seriam os seus

A ascendência real de D. Ana de Lencastre e o seu interesse pelas “coisas do espírito” e devoção aos santos justificarão, anos mais tarde, a dedicatória do *Tratado da vida, virtudes e doutrina admirável de Simão Gomes, português vulgarmente chamado o Çapateiro Santo*<sup>38</sup>, do Padre Manuel da Veiga, a esta senhora. Efetivamente, o padre jesuíta alude aos antepassados de D. Ana, em especial o seu bisavô D. João II<sup>39</sup>, assim ao facto de esta ser uma “pessoa affecta a Piedade, zelosa da Santidade, & inclinada às cousas do espírito”<sup>40</sup> Mas a razão desta dedicatória prende-se também com a estima pessoal que o Padre Manuel da Veiga nutria por esta senhora:

“O Autor que compôs este tratado he religioso da Companhia de Iesu, & por boa rezão deuia buscar pessoa a que a Companhia por especial deuação, & merces recebidas, estiuesses muy particularmente obrigada, & nisso fundasse a cõfiança de a tomar por protectora; & quem negará a singular deuação de V. S. pera com a nossa religião, da qual sempre teue confessor. E as merces que esta casa de S. Roque continuamente recebe de V. S. clamão, que se quer com este fraco seruiço represente por elles a obrigação que todos conhecemos ter a V. S.”<sup>41</sup>.

A ligação de D. Ana de Lencastre à Companhia de Jesus é também evocada pelo Padre Diogo Marques Salgueiro, freire militar da Ordem de Santiago, prior da Igreja Matriz de Mértola e capelão do mosteiro de Santos<sup>42</sup>, na sua obra intitulada *Relaçam das festas que a religiam da Companhia de Iesu fez em a Cidade de Lisboa, na Beatificaçam do Beato P. Francisco de Xavier, Segundo Padroeiro da mesma Companhia, & Primeiro Apostolo dos Reynos de Iapão, em Dezembro de 1620 (1621)*<sup>43</sup>. Na dedicatória desta obra, dirigida a D. Ana de Lencastre, o Autor, para além de salientar que aquela senhora “he flor da nobreza Portuguesa, & hu viuo retrato de toda a Religião”, realça a “particular afeição cõ que fauorece todas as cousas da sagrada Religião da Companhia” e grande devoção que tinha a S. Francisco Xavier<sup>44</sup>.

Entre as muitas relíquias reunidas por D. Ana de Lencastre, foram várias as que foram oferecidas por religiosos jesuítas, o que parece comprovar, efectivamente, a sua estreita relação com estes: entre aquelas, contam-se “muytas de Martyres, Confessores, & Santos”, oferecidas pelos P<sup>es</sup>. António Mascarenhas e Luís Pereira, e uma de Santa Francisca Romana, dada pelo colector Octavio Accoramboni, todos eles da Companhia de Jesus<sup>45</sup>.

Porém, deixa a dedicatória da obra do P<sup>c</sup>. Manuel da Veiga uma outra referência ao

---

parentes mais próximos e mais bem colocados para o poderem fazer: D. Henrique, que não só encomendou a biografia portuguesa a Fr. João Álvares, como também elegeu o irmão mártir como orago do altar correspondente ao túmulo que lhe estava destinado na Batalha, D. Afonso V e D. Isabel, duquesa da Borgonha, que era uma pessoa inconformada com o triste destino do irmão; foi ela quem tomou a iniciativa de promover o culto ao irmão, impetrando do Papa a instituição de celebrações litúrgicas na Igreja de Santo António, em Lisboa, em honra do irmão e acompanhadas de indulgências. Além disso, o infante D. Fernando era igualmente um “santo” português e cavaleiro, o qual contribuiria não apenas para o prestígio do povo português e do cavaleiro lusitano, mas também permitiria que o espírito de cruzada da política expansionista portuguesa fosse reconhecido e exaltado pela Cristandade.

O agostiniano Jerónimo Roman compôs uma obra sobre as vidas do infante D. Fernando e da princesa D. Joana, intitulada *Historia de los Dos Religiosos Infantes de Portugal*, editada em Medina del Campo, em 1595, dedicada a D. Inês Freire de Andrade.

<sup>38</sup> Sobre esta interessante “Vida”, veja-se: José Adriano de Freitas CARVALHO, “Um profeta de corte na Corte: o caso (1562-1576) de Simão Gomes, o «Sapateiro Santo» (1516-1576)”, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas (Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI e XVIII)* (Porto, 1993), 233-260.

<sup>39</sup> P<sup>c</sup>. Manuel da VEIGA (S.J.), *op. cit.*, “Dedicatória”: “elRey Dom Ioão o II honra dos Reys de Portugal, que no esforço militar, no governo politico, na piedade Christãa, & no zelo do culto diuino podera ser exemplar de todos os Reys do mundo; que não sem muyto fundamento quádo faleceo, disse delle a Rainha Catholica Dona Isabel, que morrera o homem, & todo o pouo deste Reyno, que falecera o santo, & por tal he nomeado, & venerado no real mosteyro da Batalha da ord<sup>e</sup> de S. Domingos”.

<sup>40</sup> *Ibidem*, “Dedicatória”.

<sup>41</sup> *Idem*, “Dedicatória”.

<sup>42</sup> Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit.*, tomo I (Coimbra: Atlântida, 1965), 671.

<sup>43</sup> Editada em Lisboa, por João Rodriguez.

<sup>44</sup> P<sup>c</sup>. Diogo Marques SALGUEIRO, *Relaçam das festas que a religiam da Companhia de Iesu fez em a Cidade de Lisboa, na Beatificaçam do Beato P. Francisco de Xavier, Segundo Padroeiro da mesma Companhia, & Primeiro Apostolo dos Reynos de Iapão, em Dez bro de 1620* (Lisboa: por João Rodriguez, 1621), “Dedicatória”.

<sup>45</sup> Fr. Agostinho de SANTA MARIA (O.S.A.), *op. cit.*, 488.



conhecimento e ao relacionamento de D. Ana de Lencastre com o “Sapateiro Santo”, o qual esta “conheceo, & tratou como cousa de casa, pois se criou na do Mestre de Santiago [D. Jorge de Lencastre, avô de D. Ana] applicado em foro de reposteiro ao seruiço da senhora dona Britiz [avô de D. Ana] que em vida o estimou muyto, & falecendo o deixou muy particularmente encommendado ao Duque dom Ioão seu filho (...)”<sup>46</sup>. Mas este contato de D. Ana de Lencastre com Simão Gomes deverá ter sido também favorecido pelo facto deste ser presença assídua em alguns círculos iluminados que existiam na capital, tal como o que gravitava em torno da sua tia e antecessora, D. Helena de Lencastre.

4. As dedicatórias destas “vidas devotas” a estas importantes senhoras parecem-nos autorizar (sobretudo pelo modo e pelo tom com que os autores as dedicam) que se questionem com maior insistência os variadíssimos problemas que se prendem não só com as redes familiares, que, na época, eram bastante complexas e, em muitos casos, determinavam muitas devoções “familiares”, mas também com a formação cultural e com as leituras, não só de clérigos e religiosos, como também de leigos, sobretudo da nobreza, cujo saber, virtude ou poder pode ser fundamental para se perceber se certas correntes de espiritualidade lograram ou não num determinado período histórico ou em determinado espaço geográfico.

Os casos concretos de D. Juliana de Lara e Meneses e de D. Ana de Lencastre servem, sobretudo, para ilustrar o quanto a história da espiritualidade, no seu sentido mais amplo, passa não só pelo estudo das ordens e das congregações religiosas, dos seus autores e das suas obras, como também pelo estudo concreto de pessoas, de obras atualmente esquecidas, de redes familiares, das variadíssimas devoções que foram, nesta época, os agentes que melhor potenciaram a partilha das “coisas do espírito”.

---

<sup>46</sup> P. Manuel da VEIGA (S.J.), *op. cit.*, “Dedicatória”.